



SOLIDARIEDADE

HELENA ALBUQUERQUE, PRESIDENTE DA HUMANITAS

As instituições são um caminho de abertura para a comunidade



A PRIMEIRA VEZ DO 10 DE MAIO

Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual



WISEU

APPACDM aposta na inclusão biunívoca e abre as portas à comunidade

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

Valor de referência atualizado em 50 euros

66 ANOS E SETE MESES

Idade da reforma volta a subir em 2025



iD

Aprovado por dermatologistas

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



Eleições Europeias são muito importantes

Nas últimas eleições para o Parlamento Europeu foi escandaloso o nível de abstenção. O mesmo tem vindo a acontecer nos passados atos eleitorais europeus. É um sinal do desprezo que uma boa parte dos portugueses eleitores tem pela prática da política ativa e, em particular, por aquela que se realiza no espaço da União Europeia da qual fazemos parte. Tal atitude não tem justificação pois são várias as razões que nos devem levar a ter interesse pelas políticas europeias e, nestas ocasiões, assumir as nossas opções para escolher quem melhor nos possa representar nos diferentes organismos encarregados de tomar posições que têm implicações, diretas ou indiretas, no nosso país. É conveniente, por isso, que o nosso país venha a ter uma significativa representação no Parlamento Europeu.

Uma das razões é a influência, umas vezes direta, outras nem tanto, na definição de determinadas políticas para a governação do nosso país, com base num dos pilares em que assenta a criação deste espaço europeu que é o da solidariedade. Com base neste valor humano está a dádiva ou empréstimo de milhões e milhões de euros, que desde a adesão de Portugal, em 1985, tem alavancado a economia portuguesa. Com o nosso voto poderemos contribuir para que a Europa seja o que muito desejou S. João Paulo II, mas melhor explicitou ao escrever o seguinte, citando os Padres Sinodais: «...Reconhecimentos, colaborações e intercâmbios de todo o tipo estão em desenvolvimento, de maneira que, pouco a pouco, se cria uma cultura, antes, uma consciência Europeia que esperamos possa fazer crescer, especialmente nos jovens, o sentimento de fraternidade e a vontade de partilha. Registamos como positivo o facto de todo este processo se desenvolver segundo métodos democráticos, de modo pacífico e num espírito de liberdade, que respeita e valoriza as legítimas diversidades, suscitando e apoiando o processo de unificação da Europa. Saudamos com satisfação aquilo que foi feito para determinar as condições e as modalidades do respeito dos direitos humanos. Por fim, no contexto da legítima e necessária unidade

económica e política na Europa, enquanto registamos os sinais de esperança oferecidos pela consideração dada ao direito e à qualidade de vida formulamos ardentes votos para que, numa fidelidade criativa à tradição humanista cristã do nosso continente seja garantido o primado dos valores éticos e espirituais.» .

Fiz questão de transcrever este trecho um pouco extenso, pois nele poderemos encontrar as finalidades que justificam uma Europa unida.

Outra razão, decorre desta esperançosa constatação do Papa polaco, ou seja, a maciça mobilidade existente dentro dos países da União Europeia, mais nuns do que noutros, de pessoas que de outros continentes se deslocam para procurar melhorar as condições de vida. Está criado Um Pacto para as Migrações, mas que não é aceite, na sua globalidade, por todos os países comunitários. Esta realidade migratória não deveria constituir um problema para a Europa, destino mais procurado, porque é fonte de enriquecimento em termos económicos, culturais e religiosos. Com efeito, a diversidade bem enquadrada e, oportunamente, dada a conhecer vence medos e fortalece a multiculturalidade. É de lamentar que se torne um flagelo para alguns países por não se terem conseguido, até agora, políticas de migrações globais, nas quais tivesse ficado expressa a solidariedade entre os países da União Europeia. No mesmo documento, S. João Paulo II refere-se a esta questão: [O fenómeno migratório põe à prova a capacidade que tem a Europa de dar espaço a formas de acolhimento e hospitalidade inteligente. Exige-o a visão «universalista» do bem comum: é necessário alongar o olhar até abraçar as exigências da família humana inteira. O próprio fenómeno da globalização reclama abertura e partilha, se não quiser ser a raiz de exclusão e marginalização, mas sim de participação solidária de todos na produção e intercâmbio dos bens.

Cada um deve trabalhar para o crescimento dum cultura de acolhimento perfeita, que, tendo em conta a dignidade igual de toda a pessoa e o dever de solidariedade para com os mais

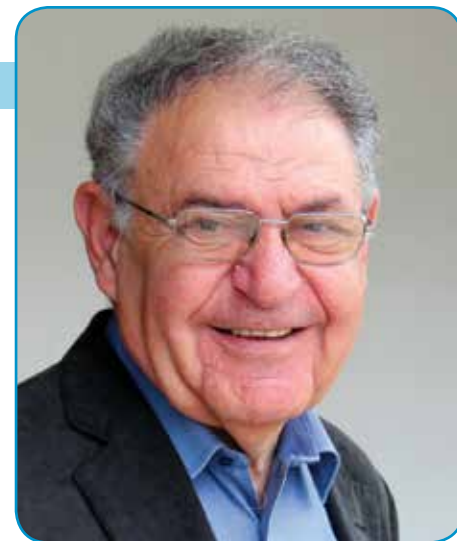
débeis pretende que sejam reconhecidos a cada migrante os direitos fundamentais. É responsabilidade das autoridades públicas controlar os fluxos migratórios segundo as exigências do bem comum. O acolhimento deve realizar-se sempre no respeito das leis, comportando conseqüentemente, quando necessário, a firme repressão dos abusos.]

Mas a razão maior que nos deve levar, massivamente, a votar nas próximas eleições europeias é o conflito existente no espaço europeu, gerado pela invasão bélica da Rússia à Ucrânia, que não sendo países da União Europeia, as consequências da guerra, que perdura, tem tido graves repercussões económicas e migratórias em todos os países europeus. Desde a sua fundação, nunca a congregação dos países que são, agora, designados por União Europeia se viram em tão grande encruzilhada humana. É a paz no mundo que está em causa, se considerarmos também o que se está a passar na Faixa de Gaza. Ninguém pode ficar indiferente a este risco, ao qual o Papa Francisco já chamou de “guerra aos pedaços”. Por isso, é imperioso que a União Europeia se revista de políticos que ponham, antes de tudo, a construção da paz na Europa e, assim, concorram também para que a mesma exista em todo o mundo. Entre outras exigências, tenham em conta as recomendações de s. João Paulo II aqui transcritas. Sem paz não há desenvolvimento, em todas as suas vertentes, e serão postos em causa os desígnios dos fundadores da União no espaço europeu.

Pelo menos por estas razões ninguém tem o direito de se abster nas próximas eleições. Quem assim o fizer recusa-se a ser parte da solução para os problemas identificados e para outros que poderão surgir. Reitero o que a propósito das últimas eleições legislativas escrevi: as IPSS, como espaços de educação cívica, poderão dar um contributo valioso. De forma criativa e isenta, motivarem os seus utentes com capacidade eleitoral e mesmo a comunidade humana mais perito. É um ato de verdadeira solidariedade social.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Identidade e autonomia das IPSS

As IPSS constituem corpos intermédios na organização social, integram a economia social e são autónomas e independentes do Estado por determinação constitucional.

Presentes em todo o território nacional, quer no litoral superpovoado, quer no interior desertificado, configuram uma rede capilar de proteção social que tem a ambição de não deixar de fora ninguém que precise do seu apoio e dos seus serviços e equipamentos.

São organizações da sociedade civil, de fim não lucrativo, assentam no voluntariado e constituem-se por iniciativa particular.

Mas, por vezes, parece haver por parte dos poderes públicos uma espécie de pendor estatizante, que procura apoderar-se de tais organizações, ou, pelo menos, definir-lhes o campo de atuação de forma incompatível com a sua natureza autónoma e privada.

Tal tendência verifica-se, por exemplo, na forma como a Segurança Social procura regulamentar minuciosamente os critérios de admissão dos utentes, transformando as

Instituições em meras gestoras mecânicas de serviços e equipamentos, sem papel material na determinação das admissões.

Como exemplo desta tendência, temos o estabelecimento por portaria das prioridades de admissão das crianças em creche – Portaria nº 198/2022, de 27 de julho -, em que se não pode passar a um seguinte critério de prioridade na admissão sem prévia exaustão da prioridade anterior.

Não está em causa a gratuidade da creche, com a qual se concorda; mas tal medida não pode afetar a finalidade principal da creche, que é a de conciliar a vida familiar com a vida profissional dos ascendentes, nem a competência das Instituições para, em contexto de proximidade, determinarem em cada caso a melhor forma de atingir essa finalidade, assegurando, como sempre fizeram, o equilíbrio na diversidade da composição social da frequência da resposta social.

A mesma tendência centralizadora quanto às admissões se verifica na mais

recente regulamentação das admissões em ERPI – Portaria nº 349/2023, de 13 de novembro - e na exigência da contratação pública para segmentos relevantes da atividade das Instituições – atividade que, por natureza, é privada.

A este propósito, importa recordar que o Despacho nº 4171, de 4 de abril, da Secretária de Estado da Inclusão, criou um Grupo de Trabalho para revisão do Estatuto das IPSS.

Tal revisão constitui uma prioridade das CNIS, com vista a reforçar a natureza particular das IPSS e a revogar as disposições do atual Estatuto relativas à tutela – que, a nosso ver, não constitui instituto adequado para qualificar a relação entre as IPSS e a Administração Pública.

Ainda a este respeito, crê-se que se encontra pendente no Gabinete da SEI a proposta de revisão do Regulamento de Registo das IPSS, enviada pela DGSS, em moldes que oportunamente suscitaram a discordância da CNIS, justamente por conter disposições intrusivas e ilegais.



INTERNAMENTOS SOCIAIS

Presidente da CNIS defende criação de pequenas residências

O presidente da CNIS defendeu que, perante os resultados do Barómetro dos Internamentos Sociais, o governo devia recuperar a proposta de criação de “pequenas residências com serviços de apoio de saúde e social”.

O padre Lino Maia lembrou, em entrevista à Rádio Renascença, que esta é “uma medida que a CNIS apresentou há algum tempo” e que, agora, “devia ser revisitada e adotada”, como forma de responder ao aumento do número de internamentos sociais.

“Há instituições que têm casas, há autarquias que também têm casas que podiam ser adaptadas. Penso que temos de seguir esse caminho, porque está em causa a dignidade das pessoas”, sustentou, acrescentando: “Como se comprova com estes números, é importante encontrar uma solução de raiz para o problema”.

Os dados da 8.ª edição do Barómetro dos Internamentos Sociais (BIS), divulgados, a 22 de maio, numa sessão pública no Centro de Reabilitação do Norte, em Valadares, revelam que, em 20 de março, 2.164 camas dos hospitais públicos estavam ocupadas com internamentos sociais, mais 11% face ao mesmo período de 2023, com um custo de mais de 68 milhões de euros para o Estado.

“Temos 11% das camas dos hospitais de agudos do Serviço Nacional de Saúde ocupadas com doentes que, de facto, não deveriam lá estar. É um dado que nos devia alarmar a todos pelo impacto que tem logo à partida nos doentes”, sublinhou Xavier Barreto, presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares (APAH).

Xavier Barreto disse ser importante não esquecer que “muitos destes doentes que estão internados de forma inapropriada ficam no hospital durante meses à espera de uma resposta



de um lar, de uma vaga na rede de cuidados continuados”.

“Não sei se as pessoas têm consciência do drama que isto é, porque estes doentes já têm o seu problema clínico resolvido, mas têm ainda algumas dificuldades, por exemplo, na sua autonomia, o que os obriga a ficar à espera de uma resposta e enquanto esperam pela sua resposta, muitos já não saem do hospital e é isto que devemos alarmar a todos imediatamente”, alertou.

Cada doente fica em média 175 dias a ocupar

uma cama depois de ter alta clínica. Em 75% dos casos devido à falta de vagas na rede de cuidados continuados e nas residências para idosos.

O problema é maior nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e no Norte, que contabilizam mais de 80% do número total de internamentos indevidos com impacto negativo para todo o SNS.

A 8.ª edição do Barómetro de Internamentos Sociais contou com a participação de 29 unidades hospitalares do SNS, num total de mais de 20 mil camas do SNS.

ACORDO NOS AÇORES

Aumento de 6,82% no salário dos trabalhadores das IPSS

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP) e a União Regional das Instituições de Particularidade Social dos Açores (URIPSSA) alcançaram um acordo que permite um aumento de 6,82% no salário dos trabalhadores, foi revelado.

“Na sequência dum longo e árduo processo negociado anual” entre o SINTAP e a URIPSSA, “foi possível chegar a um acordo coletivo de trabalho” para os trabalhadores das IPSS para 2024, “através do qual se conseguiu proceder a uma valorização profissional e remuneratória”, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2024”, indicou o sindicato num comunicado de imprensa.

A atualização salarial traduz-se “num aumento de 63 euros sobre todos os níveis da tabela de 2023”, explica o SINTAP na nota enviada às redações.

Além disso, o acordo contempla um “aumento

de cerca de 10% do subsídio de refeição (que passa de 5 para 5,50 euros), revisão e valorização de carreiras”, acrescenta o sindicato.

Em declarações à Lusa, após a assinatura do acordo, celebrado em Ponta Delgada, o dirigente nacional e regional do SINTAP, Orlando Esteves, especifica que, todos os anos, o sindicato, “depois de atualizado o ordenado mínimo, tem feito as [suas] convenções em que retira toda a gente do salário mínimo, de novo”.

“E é o que vai acontecer, uma vez mais. Aqueles trabalhadores que ganhavam abaixo dos 861 euros [valor atualizado em janeiro do salário mínimo], agora vão ter o diferencial em relação a 2023. Não vão ter mais 63 euros sobre o aumento do ordenado mínimo, mas em relação à tabela de 2023, o que significa que ninguém vai ter aumentos em 2024 abaixo dos 63

euros, para além das mais valias da progressão dos níveis”, explicou Orlando Esteves.

O sindicalista referiu-se ainda à “valorização das carreiras, que se está a fazer há alguns anos, com subidas de níveis”, a par de “categorias que não tinham progressões” e que passam a ter no Contrato Coletivo de Trabalho, o que “tem acontecido desde 2022 derivado da boa negociação por parte da URIPSSA”.

O dirigente apontou que são cerca de 3.300 os trabalhadores das IPSS que irão beneficiar da valorização salarial, enquanto associados do SINTAP e do SINDESCOM - Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo e Serviços e Correlativos da Região Autónoma dos Açores.

Os não associados só beneficiarão “se houver alguma portaria de extensão”, acrescentou.

DIA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

É preciso conhecer para incluir

O Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual foi instituído pela Assembleia da República, em 2023, por proposta da petição da Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, com mais de 10.200 assinaturas.

Assim, o Parlamento, pela Resolução n.º 54/2023, consagrou o dia 10 de maio como Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual, que este ano foi celebrado pela primeira vez... um pouco por todo o país.

E que melhor forma de realizar mais uma etapa da Volta a Portugal da Solidariedade do que dar estampa às muitas e diversas formas como o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual foi assinalado de norte a sul.

Foram muitas as formas escolhidas pelas instituições que desenvolvem a sua ação na área da deficiência intelectual, sendo que a cidade de Anadia foi a escolhida para as comemorações oficiais, promovidas pela Humanitas, em parceria com a APPACDM local, e que contou com a presença da secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes.

A sessão decorreu no Museu do Vinho da Bairrada, em Anadia, e para além da governante, contou ainda com a presença de Helena Albuquerque, presidente da Humanitas, Joana Trindade e Silva, presidente da APPACDM Anadia, e Jennifer Pereira, vereadora da Ação Social da Câmara Municipal de Anadia, para além de muitas outras pessoas que lotaram a plateia, entre dirigentes, trabalhadores e utentes de diversas instituições sociais e outros convidados.

A presidente da Humanitas, entidade que promoveu a petição que levou à instituição do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual, lembrou que a iniciativa teve e tem como grande propósito mostrar que “a deficiência intelectual precisa de ser sentida, precisa de ser conhecida, para ser incluída”, sublinhando a ideia que “é preciso conhecer para incluir”.

“Se existem questões comuns a todas as deficiências, existem particularidades da deficiência intelectual que precisam de ser faladas, discutidas, mostradas sob pena de, se isto não acontecer, estas continuarem a ser esquecidas e, por vezes, voluntariamente ignoradas”, acrescentou ao SOLIDARIEDADE, explicando a necessidade de um dia específico para a deficiência intelectual: “No dia 3 de dezembro celebra-se, todos os anos, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, com eventos em que nos debruçamos sobre temas comuns a todas as pessoas com deficiência, mas, mesmo aqui, verificamos que, até por vezes em eventos oficiais, as pessoas com deficiência intelectual continuam a não ser faladas nem ouvidas”.

E por isso mesmo, Helena Albuquerque reforçou aos presentes a necessidade de um

dia como o 10 de maio para tentar derrubar as muitas barreiras que as pessoas com deficiência intelectual enfrentam.

“Na maior parte dos casos, a deficiência intelectual é invisível e, depois, há a impossibilidade, em grande parte dos casos, da representação na primeira pessoa”, afirmou, destacando: “O novo paradigma que hoje vivemos defende a autorrepresentação, a capacidade de decisão do próprio sobre a sua vida. Temos que concretizar este desiderato para todos”.

Por seu turno, a secretária de Estado Clara Marques Mendes afirmou a vontade do Governo em “estar próximo das instituições”, frisando: “Vocês fazem o verdadeiro serviço público e o governo tem a obrigação de estar convosco, pois só assim conseguimos resolver os problemas às pessoas. E, por isso, temos de ter atenção aos vossos anseios”.

A governante reconheceu que “o Estado nem sempre é sensível e não tem a rapidez nas respostas que as instituições precisam, mas contem com o Governo para ser a vossa voz”.

Clara Marques Mendes terminou dizendo que o governo “tem o compromisso de criar a Lei de Bases da deficiência e espero que reflita as preocupações das instituições”.

Para além da sessão institucional, um dos momentos altos da cerimónia foi a inauguração da exposição do concurso de pintura, que a Humanitas lançou a todas as suas associadas e cujo júri selecionou oito obras.

A exposição está patente, até dia 8 de junho, no Museu do Vinho da Bairrada e as oito obras ficarão perpetuadas num mural, a inaugurar a 3 de dezembro, Dia Internacional da Deficiência, no concelho de Anadia.

As obras selecionadas são: «O Castelo», de Carla Martins (APPACDM Coimbra); «O que eu sinto e o que tu vês», de Diogo Silva, Ana Santiago, João Diogo, Marco Lopes, Duarte Oliveira, Sandra Vala e Carolina Santos (APPACDM Marinha Grande); «Terra Mãe», de Licínio Morais (APPACDM Valpaços); «A Não Discriminação e a Igualdade», de Gonçalo Martins (APACI Barcelos); «Juntos voamos», do Grupo de clientes participantes na expressão plástica do Centro Santo Amaro; «Explosão de Cores», de Bruno Ponte, Bruno Vilela, Ricardo Vilela, Abel Ferreira, Reinaldo Ribeiro, Miguel Francisco, Manuel Francisco, José Mendes e Celina Santos (CERCIPOM); «Os de Cima e os de Baixo desejavam Voar», de Maria Santos (APPACDM Anadia); «Fica no meu (a)braço», de Maria Santos e Simone Moreira (APPACDM Anadia).

A mostra conta com as oito obras premiadas e com outras que estiveram a concurso, mas não foram selecionadas pelo júri.

A cerimónia institucional contou ainda com duas preleções, a cargo da docente Sofia Santos, que abordou o tema «Mentes

brilhantes e empoderamento: direitos das pessoas com DID na teoria e prática», e Marco Paiva, que partilhou a experiência do grupo teatral Terra Amarela. A parte da tarde, no Museu do Vinho da Bairrada, foi preenchida por dois workshops, um de criação teatral («Como desenhar um território»), por Marco Paiva, e um outro de teatro-dança («Entre o Corpo e a Palavra»), por Inês Coias.

VOLTA A PORTUGAL

Para além das iniciativas em Anadia, um pouco por todo o país as instituições assinalaram o dia, cumprindo o seu principal desígnio que é dar visibilidade à pessoa com deficiência intelectual.

No **Porto**, a APPACDM da cidade quis “dar visibilidade aos cidadãos que enfren-



tam diariamente barreiras e dificuldades que os impedem de estar incluídos e de participar na comunidade, exercendo os seus direitos e deveres” e, nesse sentido, um grupo de utentes da instituição reuniu-se em frente ao edifício dos Paços do Concelho “para, simbolicamente, dar voz às pessoas com deficiência intelectual, no primeiro Dia Nacional que lhes é dedicado”.

“Somos todos responsáveis pela construção de uma sociedade inclusiva, com acesso à comunicação, à educação, ao emprego, à habitação e à saúde. Dia 10 de maio é um dia que vai sublinhar o empoderamento e autodeterminação da pessoa com deficiência



intelectual, deixando, na História, a sua marca de vida”, considera a instituição.

Também no Ribatejo os utentes da APPACDM **Santarém** saíram à rua e, no Jardim da Liberdade, realizaram diversas atividades lúdicas, terapêuticas e desportivas, envolvendo a comunidade e as famílias.

Por outro lado, numa dinâmica de *long table*, a APPACDM Santarém promoveu uma mesa redonda sobre a temática de «SER!»: “Ser uma pessoa com deficiência intelectual; Ser Pai, Mãe, Irmã, Psicóloga, Professor, Terapeuta, Técnico de Apoio ao Emprego, Autarca... da Pessoa com Deficiência Intelectual!”.

Também a APPACDM **Lisboa** promoveu iniciativas fora de portas, em concreto um



flash mob e um debate”.

Bem perto da Maia, em **Vila Nova de Gaia** a data foi assinalada com a colocação de 10 mupis na cidade, que podem ser vistos até



flash mob e um debate.

Na Praça do Município, em Lisboa, com direito à presença entre o público do edil Carlos Moedas, houve um animado flash mob com a participação da vereadora dos Direitos Sociais, Sofia Athayde, entre outros convidados. Seguiu-se a atuação do Grupo Pé de Dança, formado por utentes da APPACDM Lisboa, coreografados por Telmo Santos.

Ao final da tarde, já na Margem Sul, a data foi assinalada com mais uma edição da FNAC Talks, no Fórum Almada, com um debate sobre a temática da Deficiência Intelectual.

“O direito ao respeito, à expressão da vontade, a ter um emprego, a gerir o seu dinheiro, a fazer ouvir a sua voz”, foi por onde seguiu o debate, que teve como oradores convidados o presidente do Instituto Nacional para a Reabilitação, Rodrigo Ramos, a diretora técnica da Quinta dos Inglesinhos (APPACDM Lisboa) e Ana Silvestre.

De novo a norte, na cidade da Maia a forma como a APPACDM **Maia** – Espaço Aberto à Diferença assinalou a data foi através de um convívio no Parque de Avioso.

Entre os muitos objetivos da ação da instituição maiata na promoção deste convívio em espaço público, destaque para o de “sensibilizar e corresponsabilizar a sociedade e o Estado, nas suas várias formas, no papel que lhes cabe na resolução dos problemas do cidadão com deficiência intelectual e respetiva família” e ainda o de “defender e promover os interesses e satisfação das necessidades do cidadão com deficiência

intelectual nas instituições, no trabalho, no lar e na sociedade”.



meados de junho na Avenida da República e na Rua Marquês Sá Bandeira. A iniciativa é da APPACDM Vila Nova de Gaia que assim dá visibilidade aos seus utentes e respetivos sonhos.

“Pretende-se com esta campanha dar voz aos nossos utentes, que muitas vezes, enfrentam diversas barreiras na sociedade. Juntos vamos construir uma sociedade mais inclusiva e lutar pelos direitos e autodeterminação da pessoa com deficiência intelectual”, sustenta a instituição gaiense.

Também a APPACDM **Coimbra** escolheu esta forma para dar visibilidade à deficiência intelectual, polvilhando a cidade do Mondego com mupis com imagens de utentes, tendo por mensagem os seus sonhos e desejos.

Por outro lado, os formandos dos polos de Montemor-o-Velho e Tocha foram ao Centro de Emprego da Figueira da Foz entregar lembranças simbólicas, representativas dos cursos ministrados na APPACDM Coimbra.

Esta foi a forma de agradecimento por “terem sempre as portas abertas para o trabalho em parceria na promoção do emprego



das pessoas com deficiência intelectual”, revela a instituição.

Esta ação também foi replicada na cidade sede de distrito, com entrega de biscoitos confeccionados pelos formandos da instituição aos técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Coimbra.

Já na **Guarda**, ADM Estrela – Associação Social e Desenvolvimento, através do CACI



de Vale de Estrela, inaugurou uma exposição de fotografia, a que os utentes deram rosto. A mostra, intitulada

«Des’Complicar, só assim faz sentido», esteve patente durante uma semana na Escola Secundária Afonso de Albuquerque

Com os utentes de CACI como principais protagonistas, os cartazes expostos têm “imagens, mensagens, pensamentos e



reflexões de modo a sensibilizar a população estudantil para a deficiência intelectual, pois todos têm sonhos e desejos, tendo como foco primordial uma comunidade mais inclusiva e solidária”, defende a instituição.

Em **Braga**, a APPACDM local aproveitou o bom tempo que se fez sentir no passado dia 10 de maio e levou utentes e colaboradores a fazer uma caminhada pelas ruas da cidade dos Arcebispos, que mais não foi do que um convívio em movimento.

No distrito de Beja, os utentes da APPACDM **Moura** andaram pela cidade a interagir com a comunidade e a distribuir au-



tolantes alusivos à data.

“Esta data é dedicada a promover e consciencializar a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência intelectual em todo o país. Posto isto, decidimos fazer uns autocolantes e distribuir pela população de Moura, na Feira de Maio”, revelou a instituição alentejana, acrescentando: “Fomos muito bem recebidos pela comunidade neste nosso passeio”.

Também a APPACDM **Setúbal** assinalou a data, com os seus utentes a mostrarem num ambiente descontraído pinturas feitas pelos próprios. A instituição setubalense defende “a pertinência da reflexão sobre as questões específicas desta população e o compromisso com a satisfação das suas necessidades,



sonhos e ambições. Entendemos que este deve ser um desígnio de toda a sociedade e o seu envolvimento é fundamental para o cumprimento dos nossos principais projetos”, sustentam os responsáveis pela instituição, lembrando a construção do Centro Miguel Simas.

Para lembrar a todos que “as pessoas

com deficiência intelectual também são portuguesas de pleno direito, com capacidades, sonhos e ambições”, a APPACDM **Trofa** partilhou, através de fotografias através das quais os utentes partilham os seus sonhos.

Por seu turno, a APPACDM **Viseu** abriu as portas à comunidade e convidou os visitantes a participar em ateliês experimentais demonstrativos das várias atividades que os utentes desenvolvem no seu dia a dia na instituição.

“Foi um dia cheio de interação e partilha que queremos repetir”, partilhou a instituição, que nesse mesmo dia entregou a chave aos novos moradores da Residência de Emancipação da APPACDM Viseu, um projeto piloto, inovador e precursor a nível nacional.

Por fim, em **Évora**, a APPACDM local conseguiu iluminar o Teatro Garcia de Resende com a cor amarela, a escolhida para representar a deficiência intelectual.



Dia 10 de maio, porquê?

O dia 10 de maio foi escolhido para assinalar o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual por ser a data em que se comemora o nascimento, em 1906, de Dwight Mackintosh, na Califórnia, Estados Unidos da América.

Aos 16 anos de idade foi lhe diagnosticado atraso mental e foi institucionalizado num hospital psiquiátrico durante 56 anos. No entanto, devido ao seu gosto pelas artes plásticas, frequentou um centro de arte para artistas com deficiência e tornou-se num dos pintores mais conhecidos dos Estados Unidos. Aliás, Dwight Mackintosh tornou-se num dos pintores mais famosos do século XX, cujas reproduções de quadros, ainda hoje, se encontram à venda por todo o mundo, a preços elevados.

Com a criação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual, no dia 10 de maio, a Humanitas quer, através da vida deste artista, “valorizar e representar a pessoa com deficiência intelectual, no seu todo, as suas capacidades e o seu pleno direito de exigir o respeito e a atenção de todos nós de forma a que possa ser incluído em todos os lugares como ser único e especial que é”.



APPACDM VISEU

Aposta na inclusão biunívoca e em levar a comunidade ao interior da instituição

Em 1995, quase a completar 20 anos, a APPACDM Viseu trabalhava para 30 utentes, 12 dos quais em formação profissional, enquanto hoje apoia cerca de 1.200 pessoas, 200 nas respostas de Lar Residencial, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e Residência de Autonomização e Inclusão (RAI) e os demais através da Formação Profissional, Centro de Recursos Local, Centro de Recursos para a Inclusão, Centro Incorpora e, algo inovador e pioneiro, Residência de Emancipação.

“Ao longo dos anos, a APPACDM Viseu tem alargado a sua área de intervenção, não só a pessoas com deficiência ou incapacidade, mas nas escolas, no CRI, na Formação Profissional e noutras situações abrangemos pessoas em vulnerabilidade social e em perigo de exclusão. No total são mais de 1.200 pessoas que a instituição apoia”, revela Pedro Antunes, presidente da APPACDM Viseu, acrescentando que a instituição “é a maior IPSS do distrito”.

A instituição viseense desenvolve a sua atividade, cujo orçamento anual fica perto dos 5,5 milhões de euros, em três equipamentos e que, ainda este ano, passarão a ser quatro.

Em fase de obra, está o novo polo da instituição em Resende, um equipamento com capacidade para 30 utentes em Lar Residencial e a mesma capacidade em CACI, e que deve estar pronto em novembro próximo. A âncora da instituição é na sede, em Viseu, uma quinta de 15 hectares onde tudo começou, há ainda o Estabelecimento Vila Pouca, em Santa Comba Dão, e ainda Estabelecimento Dr. Victor Fontes, que é da Segurança Social, mas de gestão da APPACDM.

Também neste equipamento são necessárias obras, que Pedro Antunes espera que avancem em breve, tal como está previsto: “Está perspectivada uma reconfiguração do edifício, que até seria pioneira em Portugal, que seria uma resposta para pais e filhos em Lar Residencial, mas se a Segurança Social nos passasse isto por comodato por mais uns 20 anos e, assim, a instituição estaria em condições de fazer a obra, com o apoio de um qualquer programa, como, por exemplo, o PARES. Como o estabelecimento não é nosso, não podemos avançar. No entanto, já saiu em Diário da República a autorização para uma obra de cerca de 800 mil euros para adaptar o melhor possível o edifício. Está previsto que o arranque da obra seja este verão”.

O novo projeto da APPACDM Viseu, em Resende, surge tal como surgira o de Santa Comba Dão.

“O Estabelecimento Vila Pouca apareceu da necessidade sentida pelo município de Santa Comba Dão, que nos contactou, porque já tinham 30 pessoas sinalizadas, disponibilizou uma antiga escola primária desativada e perguntou se a APPACDM não queria instalar-se lá. Com uma candidatura ao POPH avançámos



e damos resposta às necessidades do conceito”, recorda Emília Dias, diretora de serviços, acrescentando: “Em Resende foi, precisamente, a mesma coisa. A autarquia referenciou uma série de jovens em casa, sem apoio, com enfoque na necessidade de Lar Residencial. E assim fizemos uma parceria com a autarquia, surgiu o Seminário Menor de Resende e apresentámos uma candidatura ao PARES 3.0 que foi aprovada. Agora estamos na fase de obra”.

Para Emília Dias, “o crescimento da instituição aconteceu porque a comunidade foi fazendo sentir as necessidades e a instituição foi dando resposta, sempre através de candidaturas e projetos”.

“Esta instituição nasceu e cresceu em força pelos pais e com os pais e os amigos e os parceiros. Houve sempre um corpo de colaboradores e diretores executivos muito empenhado. Aliás, é na Direção de Quadros que as decisões se tomam, porque há uma gestão colaborativa e participada, com cada um a colocar as suas ideias em cima da mesa. Há várias camadas de decisão, mas todos a pensar no bem-estar dos clientes e de uma maneira positivista fazer acontecer. E é assim que as coisas vão crescendo. Houve arrojo logo desde início com a aquisição desta quinta e uma gestão muito cuidada ao longo dos 48 anos”, argumenta Pedro Antunes.

Esse crescimento foi muito sustentado no alargamento das respostas à comunidade, para além do básico Lar Residencial e CACI.

“A nossa Formação Profissional é muito forte a nível nacional, com cursos de carpintaria, cozinha, bar, agricultura, jardinagem e



outros”, sustenta o presidente da APPACDM, prosseguindo: “O Centro de Recursos Local presta informação e faz avaliação, orientação, colocação e acompanhamento no emprego a pessoas com deficiência e incapacidades inscritas no Centro de Emprego. Aliás, recentemente, fizemos algo inovador junto dos estabelecimentos de Ensino Superior de Viseu, com a criação do Empodera-te++ para fazer este acompanhamento na entrada no mercado de trabalho aos jovens que terminam os cursos. O serviço vai ser deslocalizado, não vai funcionar nas nossas instalações”.

A instituição tem também o Centro Incorpora, que “faz a mediação de integração e apoio à inclusão no mercado de trabalho”, tendo como público-alvo pessoas em situação de vulnerabilidade social e com dificuldades no acesso ao emprego.

O financiamento deste Centro Incorpora é da Fundação «la Caixa» e a APPACDM Viseu é que tem a responsabilidade de coordenação regional, abrangendo os distritos de Aveiro,



Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu.

Por outro lado, dada a falta de terapeutas nas escolas, a instituição também faz trabalho outsourcing nas escolas.

De momento, a instituição tem apenas uma RAI, em Viseu, que é a «Casa do Xico».

“Esta é uma resposta que queremos alargar. Estamos à espera de algum programa de apoio para avançar com uma RAI em Santa Comba Dão, outra em Viseu e, eventualmente, noutros locais. É difícil criar mais lugares em Lar Residencial, devido às políticas europeias, e esta é uma boa resposta. A aposta é na autonomia, mas esta é apenas para quem pode, porque nem todas as pessoas com deficiência intelectual têm condições para viver de forma autónoma”, defende Pedro Antunes, que, de seguida, dá a conhecer a mais recente inovação da APPACDM Viseu.

“O maior exemplo de que queremos andar sempre na vanguarda é a nossa Residência de Emancipação, uma resposta inovadora e que inaugurámos no Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual. Tínhamos um apartamento T1+1, que não podia ser uma RAI, e, entretanto, formou-se um casal na nossa RAI e, então, arranjámos esse apartamento onde esse casal vai viver autonomamente”, conta, explicando: “Pagam uma renda acessível e inclusiva, ou seja, mais ou menos metade do valor de mercado. É uma resposta completamente inovadora, porque aqui, progressivamente, eles vão prescindindo dos apoios da instituição. Eles trabalham, ele tem o seu «papa-reformas», e agora queremos cá chamar o Governo porque gostávamos que esta experiência fosse replicada. Não deixa de ser um projeto-piloto, mas tem tudo para correr bem”.

Pedro Antunes defende que está no ADN da instituição olhar em frente e sempre no sentido da melhoria.

“Temos que ser proativos e positivos”, afirma, recordando um episódio recente: “Há uns



dias recebemos a visita de uns deputados e a secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Inês Domingues, chamou-me à parte para me dar os parabéns, porque, dizia ela que as IPSS têm muito aquele discurso da caridade e dos coitadinhos, mas que nós tínhamos uma atitude positiva e a lançar novos projetos. Mas esta é a prática da instituição desde sempre, porque há um colorido grande, no bom sentido. Agora vamos fazer um grande arraial, participar nas marchas e nas Carvalhadas de Viseu, que é o maior evento popular da cidade, sempre dispostos a passar a mensagem da inclusão”.

Para o líder da APPACDM Viseu “uma das energias da instituição é a interação com a comunidade, sempre de forma positiva”, por isso defende a “inclusão biunívoca”.

“Estas instituições têm uma obrigação e dever que também sentimos que é o da inclusão. A nossa missão, e que temos feito por a cumprir todos os dias, é incluir os nossos lá fora, mas cada vez mais queremos fazer o contrário, fazer com que as pessoas venham ao interior da instituição. Nesse sentido, queremos criar aqui na sede uma quinta pedagógica, que está a avançar lentamente. Cada vez mais, apostamos em trazer as pessoas de fora para dentro. A nossa aposta é na inclusão biunívoca”, sublinha, ao que a diretora de serviços acrescenta: “Em termos de atividades e iniciativas no exterior conseguimos, se calhar, 35 mil euros por ano, mas mais importante é

o serem oportunidades para dar a conhecer o que fazemos e do que os nossos clientes são capazes de fazer”.

E se o crescimento da instituição continua em Resende, também na sede há obras, com a construção de mais um CACI, com capacidade para 30 utentes. Com financiamento do PRR e da instituição, a obra está orçada em quase 1,6 milhões de euros e decorre a bom ritmo para estar pronta em janeiro de 2025.

“Outro projeto que temos é abrir uma cafetaria, a Doce Mente II, na cidade. Já temos a Doce Mente I aqui na sede da instituição, mas fizemos uma candidatura ao BPI a ver se conseguimos concretizar o projeto. O negócio é rentável, apesar de fazer dinheiro não ser o primeiro objetivo, neste caso”, revela Pedro Antunes, aproveitando para acrescentar: “Cada vez mais, queremos fazer dinheiro, independentemente do Estado. Num orçamento de mais de cinco milhões de euros dependemos 90% do Estado! Costumo dizer que estes tostões, que não são tostões, que angariamos por nossa conta são o que permitem fazer a diferença. A APPACDM tem amigos que por vezes fazem umas doações, em especial empresas, e são essas doações que permitem muitas das vezes dar uns mimos... Mais uma carrinha, mais um equipamento para a sala de snoezelen, etc.”.

Na dinâmica própria da instituição, cumprir a missão tem, na opinião do presidente da APPACDM Viseu, um grande obstáculo, que, no fundo, é generalizado no país...

“A grande dificuldade é a questão da remuneração dos colaboradores. Tem de haver uma resposta para que haja uma remuneração maior nas IPSS. O financiamento aumentou nos últimos anos, mas tem de aumentar muito mais para que os técnicos e demais colaboradores das IPSS tenham uma remuneração melhor. Há aqui pessoas com 20 e 30 anos de casa que estão a ganhar o mesmo que outras que entraram agora. De uma maneira lata, este é um dos maiores dramas das IPSS. E isto cria problemas emocionais também”, afirma, sublinhando: “Depois começamos a verificar a fuga de técnicos e outros colaboradores. Por exemplo, podendo ir para a Função Pública é de imediato, porque o salário é maior. E começamos também a sentir alguma dificuldade em recrutar, não só pessoal auxiliar, mas também técnicos”.

“Penso que os salários deveriam ser, pelo menos, equiparados à Função Pública. As diferenças salariais no pessoal técnico entre a Função Pública e as IPSS são enormes”, acrescenta Emília Dias.

E como seria Viseu sem a APPACDM?

“Seria, certamente e sem exagerar, uma comunidade menos humana, menos inclusiva, com menos inclusão, menos cor e menos essência. Uma cidade como a nossa tem de ter referências e a APPACDM é-a na inclusão. Não tenho pejo em dizer que era uma cidade com menos inclusão, menos humanidade e menos colorido”, sustenta Pedro Antunes, ao que Emília Dias acrescenta: “Seria dramático para as famílias que não teriam resposta para os seus filhos. Vemos diariamente esta aflição das famílias. A APPACDM faz muita falta na comunidade”.

66 ANOS E SETE MESES

Idade da reforma vai voltar a subir em 2025

A idade da reforma vai subir para os 66 anos e sete meses em 2025, segundo indicam os dados da esperança média de vida publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

“No triénio 2021-2023, a esperança de vida à nascença foi estimada em 81,17 anos”, refere o INE, precisando que a esperança média de vida naquele triénio foi estimada em 19,75 anos para o total da população.

A informação das tábuas da mortalidade para Portugal no período 2021-2023 confirma os dados provisórios sobre a esperança média de vida que tinham sido divulgados no final do ano passado e que colocam a idade legal de acesso à reforma sem penalização nos 66 anos e sete meses em 2025 -- mais três meses do que a idade exigida a quem se reforma em 2024.

Os 81,17 anos de esperança média de vida para o total da população apurados correspondem a um aumento de 0,21 anos (2,52 meses) relativamente ao triénio anterior (80,96 anos).

Este indicador é apurado anualmente pelo INE sendo usado para calcular a idade da reforma no ano imediatamente a seguir e para determinar o corte ditado pelo fator de sustentabilidade das reformas antecipadas do ano em



curso.

Assim, os dados divulgados confirmam também que o corte pelo fator de sustentabilidade para quem se reforme antecipadamente em 2024 é de 15,8%.

Este valor traduz um acréscimo de dois pontos percentuais face ao aplicado em 2023 -- sendo que, neste ano e também em 2022, o fator de sustentabilidade registou recuos inéditos

desde que foi criado, num movimento que foi associado à elevada mortalidade entre as pessoas mais idosas nos anos mais afetados pela pandemia de covid-19, o que ditou uma descida na esperança média de vida.

Além do corte do fator de sustentabilidade, as reformas antecipadas têm ainda uma redução em 0,5% por cada mês de antecipação face à idade legal ou pessoal da reforma.



Há um WEBSITE à sua espera na F3M!

- Visibilidade
- Acessibilidade
- Credibilidade
- Profissionalismo
- Experiência de utilização

OBRIGATÓRIO
 publicitação
 das contas
 anuais em
 site próprio



Conheça a OFERTA
 360° da F3M para o
 setor social!

Instituições mais próximas dos utentes!

Software

Consultoria

Formação certificada

Telecomunicações

Infraestrutura tecnológica

Cibersegurança

www.f3m.pt

PLANO DE EMERGÊNCIA PARA A SAÚDE

Sector social solicitado para reforçar a colaboração

A ministra da Saúde, Ana Paula Martins, anunciou a contratação de cerca de 100 psicólogos para os cuidados de saúde primários e a criação de um programa de saúde mental para as forças de segurança e agentes de justiça.

As medidas fazem parte do Plano de Emergência e Transformação na Saúde, apresentado em conferência de imprensa no final do Conselho de Ministros e que assenta em cinco eixos, um dos quais a Saúde Mental.

O plano prevê a requalificação das urgências psiquiátricas em termos de instalações e equipamentos e o reforço da colaboração com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na acomodação dos internamentos de situações crónicas.

“Vamos criar um programa muito importante, uma espécie de via verde, para as forças de segurança e para os agentes de justiça. Sabemos que há muitos problemas nesta área e queremos estar ao lado das nossas autoridades”, disse Ana Paula Martins, adiantando que o programa está a ser feito “em estreita colaboração” com os ministérios da Administração Interna e da Justiça.

Outra medida prevista é a desinstitucionalização de situações crónicas de saúde mental, adiantou, explicando que são doentes que “têm muita dificuldade em ir para um lar ou para cuidados continuados, devido ao seu problema de saúde mental, e precisam de acompanhamento muito especial”.

“Também neste caso, reforçamos as parcerias com o setor social para conseguir” dar resposta a estas pessoas, porque, disse, “não há muitas instituições em Portugal que tenham condições” para as acolher.



Na apresentação do documento, Ana Paula Martins referiu que a prevalência anual de perturbações psiquiátricas na população portuguesa é de 22,9%, assinalando que a população com depressão crónica em Portugal é de 12,2% quando a média da União Europeia é 7,2%.

O Plano está organizado em cinco eixos estratégicos prioritários, pretende regularizar o acesso aos cuidados de saúde, garantindo o atendimento do doente no tempo clinicamente

recomendado, criar um ambiente seguro para o nascimento, reforçar o serviço de urgência, resolver os problemas de acesso aos cuidados de saúde primários e assegurar o acesso a serviços habilitados de saúde mental.

Em cada eixo, o plano prevê medidas urgentes, de aplicação imediata, para obter resultados num período de até três meses; prioritárias, planeadas para gerar resultados até ao final do ano; e estruturantes, com planeamento e aplicação a médio e longo prazo.

CIDADÃOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA RELEVANTE

AT já corrigiu os erros nas declarações de IRS

As divergências nas declarações de IRS de cidadãos com deficiência física relevante, já foram resolvidas, depois de um erro de análise ter desencadeado a situação, disse o Ministério das Finanças.

"Segundo a Autoridade Tributária [AT], ocorreu uma incorreta atribuição do código de análise às declarações modelo 3, relativamente a declarações onde constavam contribuintes com deficiência fiscalmente relevante".

Segundo as Finanças, "a situação ocorreu no dia 09 de maio e foi de imediato detetada, tendo sido acionado o respetivo mecanismo de cancelamento automático de todos os processos de Divergências em IRS, que tinham sido incorretamente instaurados por este motivo".

A tutela informou ainda que "os contribuintes foram informados deste facto por e-mail, sendo que, no final do dia 10 de maio, já todos os e-mails de cancelamento tinham sido emitidos".

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais alertou para o facto de "milhares de cidadãos com deficiência física relevante" estarem a ser notificados "indevidamente" pela AT para apresentarem o atestado multiusos, antevendo um "caos no atendimento".

A estrutura sindical referiu que as notificações estavam a chegar a pessoas cuja deficiência física relevante está "devidamente comprovada pelos Serviços Locais de Finanças" e confirmada nos dados cadastrais da Autoridade Tributária

e Aduaneira.

"Este facto vai originar o caos no atendimento presencial com a deslocação indevida destes cidadãos aos Serviços Locais de Finanças, Lojas e Balcões do Cidadão, obrigando os trabalhadores da AT, que em circunstâncias normais já são insuficientes para as tarefas que têm de desempenhar, a analisar milhares de declarações e atender os correspondentes cidadãos", referia o comunicado.

As notificações que estavam a ser recebidas eram justificadas pelo facto de a declaração de IRS relativa aos rendimentos de 2023 ter sido considerada "divergente", sendo indicada a necessidade de apresentarem o atestado multiusos - que certifica a incapacidade.

HELENA ALBUQUERQUE, PRESIDENTE DA HUMANITAS

Não há lugares interditos a pes

Representa a deficiência intelectual no seio da CNIS e é a voz de mais de quatro dezenas de associadas que em todo o país trabalham nessa área. A Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental tem desenvolvido um trabalho de representação e capacitação das suas associadas, que enfrentam diversos problemas, muitos transversais a todo o Sector Social Solidário.

Helena Albuquerque, presidente da Humanitas, aponta a carência de lares residenciais como um dos principais problemas que as instituições enfrentam, para além do subfinanciamento de diversas respostas como o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), a Intervenção Precoce na Infância ou o Centro de Recursos para Inclusão (CRI).

Considerando “uma vergonha” os vencimentos dos trabalhadores do sector, Helena Albuquerque defende um aumento da comparticipação do estado para que as instituições possam aumentar salários e, assim, conseguirem reter o talento, que agora foge, e ter condições atrativas para contratação de pessoal.

Nesta conversa com o Solidariedade, a presidente da Humanitas congratula-se com o trabalho desenvolvido pelas instituições da área da deficiência intelectual no sentido de trabalhar a inclusão dos seus utentes de forma plena na sociedade: “Não há sectores da sociedade que sejam interditos a pessoas com deficiência intelectual. Todos nós temos as nossas capacidades”.

SOLIDARIEDADE - Que retrato podemos traçar das associadas da Humanitas?

HELENA ALBUQUERQUE - Temos mais de 40 associadas de todo o país e apoiamos mais de 8.000 pessoas com deficiência intelectual. São IPSS modernas, viradas para fora de si e com uma crença muito grande de que a pessoa com deficiência intelectual não deve estar fechada nas organizações, mas deve estar fora delas. As instituições são um caminho de abertura para o exterior e é isso que as instituições estão a fazer.

Até há relativamente pouco tempo, a deficiência intelectual era algo que se escondia. Hoje já não é nada assim?

Nos últimos 10 anos fez-se um caminho muito grande nesse sentido. A deficiência intelectual tem características específicas, e por isso é que as comemorações próprias são importantes, que na maior parte das vezes passa ao lado do cidadão comum se não forem lembradas e tornadas presentes. Há uma característica muito específica que é a invisibilidade. Na deficiência física e sensorial são perceptíveis ao olhar-se para as pessoas que as têm, a deficiência intelectual é quase um mundo à parte. Isto origina olhamos para uma pessoa que aparentemente não tem nenhuma deficiência, mas depois tem comportamentos que não são normalizados. E isso causa estranheza, que causa afastamento e isto cria isolamento. Isto prejudica imenso a deficiência intelectual, por isso temos que conhecer para incluir. Dar a conhecer estas pessoas e coloca-las cada vez mais no tecido social de todos é importante para vencermos essas barreiras. Acho que todas



as pessoas já perceberam que essas pessoas têm direito de estar em todos os sítios onde os outros estão. As instituições também trabalham muito para romper com os estereótipos, pelo que não há sectores da sociedade que sejam interditos a pessoas com deficiência intelectual. Todos nós temos as nossas capacidades.

O paradigma mudou definitivamente?

Tem havido uma grande evolução na área da deficiência intelectual. No princípio do século XX havia grandes instituições de armazenamento de pessoas. Curioso é que ao longo da história, a pessoa com deficiência intelectual sempre foi considerada um diabo ou um santo. Sempre foi uma pessoa que se devia banir da sociedade, um ser aberrante que não prestava, ou um ser que vinha de Deus para nos tornar melhor. Ainda hoje é assim... e isto é muito interessante. Isto foi assim até meados do século com as atrocidades que todos conhecemos, com o Hitler, etc.. Depois, em contraposição a este movimento, começou, na Europa e Estados Unidos, a surgir o movimento parental, que está na raiz das nossas instituições. Os pais defendiam que os filhos devem ser amados e protegidos e começaram a formar-se as associações para criar esse ambiente protegido. É quando, nos anos 1960 começam a surgir as APPACDM. Depois, progressivamente, a pessoa com deficiência começou a ter um lugar próprio como pessoa e, neste momento, acreditamos que é a pessoa que deve tomar o controlo da sua vida e fazer as suas escolhas. O papel das instituições não é de exclusão, não é de uma proteção absoluta, mas de proporcionar e criar condições às pessoas para serem completamente incluídas na sociedade. O papel das instituições é prepara as pessoas para saírem, mas também preparar o ambiente para que a pessoa não sinta a sua deficiência.

Se estivesse numa posição de poder, qual a primeira decisão que tomava?

Tenho aprendido que a noção de tempo é muito relativa. Nós que estamos à frente das instituições temos a noção de que há casos prementes e que têm de ser resolvidos de imediato... O nosso tempo de dirigentes das instituições é muito diferente do tempo do poder do governo, que são tempos que se prolongam muito. Quando se lida com pessoas a ação tem de ser imediata ou quase, porque o tempo não para. E muitas vezes os nossos governantes que a demora pode causar imensos prejuízos a quem espera.

E qual o grande obstáculo que as instituições desta área enfrentam que dificulta a prossecução da sua missão?

No momento presente, principalmente, na deficiência intelectual é, muitas vezes, a falta de aceitação real e falta de empatia para com estas pessoas. Avançamos na questão do politicamente correto, as pessoas sabem que não devem fazer certas coisas, mas o sentimento de afastamento é o mesmo. Tenho uma certa tristeza porque a recusa de algo que não conhecemos é natural do ser humano. E isso é de tal maneira inato no ser humano que não sei se alguma vez vamos conseguir a inclusão plena destas pessoas na sociedade. Nas escolas o grande problema de inclusão é com as pessoas com deficiência intelectual, não os com deficiência física nem a sensorial. Neste momento tem que ver com a diferença de atitudes e a falta de empatia e compreensão do cidadão comum a tudo o que não reage de forma a que ele possa prever. E por isso gera falta de empatia e, se calhar, não vamos ultrapassar isso tão depressa.

soas com deficiência intelectual

A questão da transformação dos CAO em CACI em que ponto está?

A legislação do CACI, em filosofia, correspondeu aos nossos anseios, algo que muitas instituições já praticavam, como abertura à comunidade, apostando mais na inclusão e não apenas na ocupação e formação. Agora, a legislação tem algumas questões, nomeadamente no que toca a recursos humanos, que nós só podemos e só vamos implementar essa legislação se nos derem um financiamento adequado para esse tipo de valência. Sem isso não temos cabimento orçamental para a implementar. Há uma grande exigência em termos de recursos humanos e também de instalações. A posição da Humanitas tem sido esta desde o início. Não há nenhuma associada da Humanitas que tenha implementado a resposta como deve de ser.

Nesse sentido, por altura do último Compromisso de Cooperação, que previa uma atualização financeira superior para ERPI e Centro de Dia, não gostou do tratamento desigual relativamente ao CACI?

Temos que lembrar que na área social a vertente dos idosos é muito poderosa, porque é transversal a toda a sociedade, toda a gente sabe o que é envelhecer. Tem uma força social muito diferente da deficiência. E temos que ter cuidado na área social para que a área da deficiência não fique para trás. E nunca compreendi por que é que os Centros de Dia tiveram um tratamento diferenciado do dos CACI, porque ambas as respostas têm os mesmos objetivos. Devem ser respostas olhadas equitativamente.

Sendo algo transversal a todas as instituições, o ser trabalhador numa instituição desta área não é fácil?

Não é nada fácil e tenho insistido que é uma vergonha o que pagamos aos nossos trabalhadores. Tenho insistido, até nas reuniões da CNIS, e é um problema que temos de encarar de frente. As nossas instituições não estão a conseguir reter talento, são quase instituições de formação. Muitos desses técnicos fogem para a Função Pública, que paga mais. Depois, com o aumento do salário mínimo, houve um esmagamento das tabelas salariais. Neste momento, uma pessoa com mestrado, em início de carreira, leva para casa menos de mil euros.

Sendo que estas instituições têm uma componente técnica muito grande nos seus quadros de pessoal.

E muito especializados. E quando se trabalha com pessoas temos de ter um bem-estar e um conforto muito diferente de quem trabalha com máquinas. E quando se trabalha com pessoas não se pica o ponto, tem de se dar amor, carinho e estar disponível. E para se estar disponível é preciso ter-se um mínimo de conforto financeiro. É muito grave o que estamos a fazer aos trabalhadores da área social e este devia ser um assunto prioritário na agenda da CNIS e demais organizações representativas do sector. Temos de arranjar forma de compensar os nossos trabalhadores. Com o financiamento que temos isso é impossível. As instituições vivem sempre



no fio da navalha da sustentabilidade e ou não investem e não se atualizam ou investem e passam a viver no fio da navalha.

As associadas da Humanitas também sentem dificuldades de recrutamento, como as demais IPSS?

Sim, há técnicos que não conseguimos. Tudo o que tenha equiparação na Função Pública e no privado temos dificuldade em recrutar, é o caso dos terapeutas ocupacionais e da fala, em especial.

E também se sente a dicotomia litoral-interior nas IPSS da área da deficiência intelectual?

Sente e, na questão de contratação de colaboradores, ainda é agravado no interior. As pessoas, pura e simplesmente, não vão.

Como é a relação da Humanitas com as associadas e quais as solicitações mais frequentes que elas fazem à Federação?

Neste momento, estamos a atravessar o período difícil na deficiência intelectual. Começamos logo na Intervenção Precoce na Infância é uma valência altamente deficitária, ou seja, o trabalho que estamos a fazer está longe daquele que gostávamos de fazer. Porque o número de acordos de cooperação que temos é muito inferior ao número de crianças que atendemos. Enquanto não houver mais financiamento, não podemos atender com a qualidade que desejávamos. A proporção é de um para dois, ou seja, somos a resposta é financiada a 50%. Depois o CRI, que também tem financiamento deficitário. A escassez de recursos é notória. O que estamos a assistir é a empresas privadas a entrarem nas escolas e a fornecer atendimento aos meninos que podem pagar dentro das escolas. Há uma escassez de recursos humanos nesta área. Isto para dizer que o que a Humanitas tem feito como objetivo principal é, primeiro, estar junto das associadas para ouvir as suas necessidades e transmitir a quem de direito e tomar posições para uniformizar posições. O segundo objetivo tem sido de pôr as associadas

a colaborarem umas com as outras. Temos feito muitas reuniões para que as instituições possam partilhar as suas práticas e experiências. Muitas vezes, falta um pouco de estratégia às instituições, tal como aos nossos governantes, mas ao juntarmos as instituições permite a reflexão e até o estabelecimento de compromisso a médio e longo prazo. Outro propósito que a Humanitas tem é levar às associadas um aprofundamento da ação e da reflexão, por exemplo, através de ações formativas.

E como é a relação com a CNIS?

Penso que havia muito mais a fazer por esta área. A CNIS é constituída por IPSS que, na maioria, são instituições da área dos idosos, o que desequilibra logo as forças dentro da CNIS. Penso que a CNIS tem feito um bom trabalho, mas podia fazer mais...

Como por exemplo?

Nas suas negociações e em toda a sua postura chamar mais a atenção para alguns problemas mais específicos da área da deficiência. Devia ter uma ação muito mais incisiva e assertiva nesta área. Estamos aqui, a CNIS também somos nós e a Humanitas tem feito para que a deficiência tenha a sua voz.

E entre PRR e PARES, há muitas obras a serem feitas pelas associadas da Humanitas?

Infelizmente, o PRR não entrou muito nas nossas instituições. No PARES sentimos bastante, houve um empenhamento do governo para a construção de lares residenciais e veio responder a esta grande carência que temos. Os fundos europeus não financiam lares residenciais para pessoas com deficiência e esta é uma valência em que temos grande carência. A terceira idade nestas pessoas é uma coisa recente. Mal ou bem, estas pessoas dantes tinham uma esperança de vida mais curta e havia uma estrutura familiar mais sólida. Agora, a esperança de vida é maior, mas, em geral, estas pessoas envelhecem antes do que as demais pessoas. Ou seja, eles envelhecem em conjunto com os pais, pelo que a carência de lares residenciais é muito grande. Basta ver o número de pessoas que estão em CAO e o número de camas em lares residenciais. É uma diferença abismal... Houve uma aposta nas residências autónomas, e bem, mas o problema é a deficiência mais profunda.

“É preciso conhecer para incluir”, a frase é sua, e o dia 10 de maio, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual foi a última grande vitória da Humanitas?

Penso que foi uma vitória de todas as pessoas com deficiência intelectual. É importante termos espaços e momentos próprios para que possamos tornar a deficiência intelectual visível. Foi muito gratificante este processo ter tido o impacto que nunca imaginámos. Em pouco tempo arranjámos 10.200 assinaturas. Houve uma grande mobilização social, houve grande adesão da sociedade. E nestas comemorações todas as instituições celebraram com grande vigor, dizendo presente.

PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

Habitação duradoura – a resposta que falta aos sem-abrigo

As pessoas em situação de sem-abrigo na Europa, em 2023 serão cerca de 900 mil, segundo a estimativa da FEANTSA (Federação Europeia das Associações Nacionais Trabalhando com os Sem-Abrigo). Se aplicarmos o método de cálculo da estimativa da FEANTSA à população residente em Portugal, chegamos a uma estimativa nacional de cerca de 18 mil pessoas.

O Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem Abrigo em Portugal, promovido pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação Sem Abrigo recenseou a 31 de dezembro de 2022, um total de 10773 pessoas nesta situação.

O número real deve estar algures no intervalo entre os dois cálculos, influenciados pelo conceito e pelo método de recolha e estimativa de totais, as duas fontes coincidem em que as pessoas na situação em causa seguem uma tendência de subida, em Portugal e na Europa.

A realidade desmentiu os otimistas, como o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa e a então Ministra Ana Mendes Godinho, que coincidiram em relacionar a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023, com o objetivo de erradicação das pessoas em situação de sem abrigo em Portugal.

A Estratégia Nacional foi alvo de uma avaliação independente ex-post. Uma iniciativa que merece aplauso, já que escasseiam ainda as políticas, planos e estratégias devidamente avaliadas, para que se possa aprender em tempo as lições da sua execução.

Dessa avaliação, realizada pela Quaternaire Portugal, destaca-se que foi executada a maioria das atividades e ações a desenvolver para a prossecução dos seus objetivos. Mas identificam-se também dois aspetos críticos anotados pelos avaliadores. Um sobre o conceito e outro sobre os meios.

O próprio conceito de pessoa em situação de sem abrigo (PSSA) continua por estabilizar. Concluem os avaliadores: “Para o conhecimento do fenómeno, têm particular importância ações relacionadas com o conceito de PSSA para permitir uma intervenção com princípios e orientações uniformes, pois, ainda, é notória uma diversidade de interpretações do critério, o que tem implicações quer ao nível da intervenção e prevenção do fenómeno, bem como ao nível da caracterização de PSSA.” (p. 41). Também não estão a ser estudadas as causas e os fluxos que conduzem as pessoas à situação de sem abrigo. Nas palavras dos avaliadores: “importa referir que o processo atual de caracterização de PSSA realizado anualmente, apenas permite ter um retrato estatístico à data da recolha de informação, não permitindo conhecer os fluxos realizados, nem os nexos de causalidade associados às ações realizadas.” (p. 41).

A Estratégia lutou também com a falta de recursos para a promoção de respostas de longa duração. Segundo os avaliadores “Apesar de as necessidades diagnosticadas estarem reconhecidas ao nível das atividades da ENIPSSA, a falta de respostas, sobretudo em matéria de habitação, condiciona a eficácia da intervenção da estratégia junto de PSSA. A escassez de respostas de longa duração condiciona o tempo de permanência de PSSA em centros de acolhimento temporário, levando ao estrangulamento destas respostas que ficam com a sua capacidade de acolhimento muito limitada.” (p. 42).

Consequentemente, os avaliadores incluíram no seu relatório uma recomendação de aumento das soluções de longo prazo: “recomenda-se o aumento de soluções de alojamento de longa duração, nomeadamente projetos Housing First, apartamentos colaborativos ou apartamentos partilhados, e

outras soluções para públicos que não têm uma resposta adequada.” (p. 45)

Na ótica dos avaliadores, que partilho, estamos a agir, mas sem termos trabalho suficiente sobre as causas e os fluxos que levam as pessoas à situação de sem abrigo e estamos a desenvolver respostas temporárias, mas que ficam estranguladas pela ausência de respostas suficientes de longo prazo, que levam à pressão e estrangulamento das respostas temporárias.

Abre-se agora um novo ciclo de intervenção, mas a fragilidade detetada pode perpetuar-se. O município de Lisboa, que só por si concentra mais de 30% das PSSA recenseadas a nível nacional, acaba de aprovar o seu segundo Plano municipal nesta área, para vigorar até 2030. Mas só uma alteração na 25ª hora, apresentada pelo BE e aprovada pela oposição, à qual a coligação que governa o município se opôs, é que o põe a caminhar com alguma rapidez no sentido do aumento das respostas de habitação duradoura, prevenindo até mais 400 casas em Housing First até ao fim do presente mandato autárquico.

Voltando ao plano nacional, foi já lançada a ENIPSS 2025-2030, plena de princípios adequados. Mas cujos meios e condições de sucesso dependem de planos de ação e recursos que nela não são definidos. De novo, nenhuma referência a recursos. Quanto a metas quantificadas, há uma exceção, a definição da meta “assegurar que ninguém tenha de permanecer na rua por mais de 24 horas”. Sendo limitada, seria um passo de gigante. Mas para ser eficaz na inclusão, teria de ancorar-se em respostas de longa duração, que mobilizem meios que está ainda por ver se existem. Caso contrário, pode começar já a preparar-se a terceira fase de planos com as mesmas ambições e metas, que o problema persistirá.

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Um novo ciclo

1 - Entro no debate sobre se é Festa - isto é, se é de festejar ou não - a visita a Portugal do Presidente da Ucrânia, que decorreu na semana que findou, tendo em conta a data em que escrevo esta crónica.

Tirando os exageros próprios de uma campanha que a imprensa procura polarizar em torno dos dois principais partidos concorrentes às eleições europeias, que intentam transpor para o plano da luta interna as divisões entre Governo e Oposição que têm marcado o clima eleitoral desde as eleições legislativas de 10 de Março, os termos da disputa assinalam-se do seguinte modo:

No debate entre candidatos que passou na televisão no dia em que Zelensky visitou o nosso País, Sebastião Bugalho considerou que tal visita constituía uma festa, que merecia festejo, sendo adequado fazer estabelecer uma conexão entre a visita e as comemorações dos 50 anos de Abril – ao que Marta Temido retorquiu alegando a imaturidade do candidato da AD a esse propósito e defendendo que uma guerra nunca poderia ser festejada.

Tenho para mim que se tratou de um momento infeliz de Marta Temido, que quis inventar artificialmente um motivo de disputa onde ela não existia, uma vez que PS e PSD pensam rigorosamente o mesmo sobre a Guerra na Ucrânia e sobre a posição que, quer Portugal, quer a Europa, devem desempenhar no conflito.

Só para citar o nosso País, por cá festeja-se – embora pouco e por poucos, mas é um símbolo – a Guerra da Restauração, que nos restituiu a independência, expulsando os Filipes e unguindo os Braganças.

Até voltou a ser feriado nacional, a 1 de Dezembro.

E, na verdade, lutar contra um invasor mais forte e mais bem armado, defendendo a integridade da sua Pátria contra a potência estrangeira invasora e as suas pretensões imperiais, é mais um entusiasmo do que um velório – por muitos velórios que desgraçadamente a acompanhem.

Se Marta Temido pretendia tirar dividendos do ar de prosápia juvenil do candidato da AD, “(tendo) à (sua) frente um friso de homens doutos, hirtos, de toga e de capelo a olharem-(no) severamente”, como no Poema para Galileu, de Gedeão, mais lhe valera apelar aos tiques de soberberia precoce que tem marcado a sua intervenção nos debates, num estilo ou estratégia de interrupção do discurso dos opositores, a

propósito ou a despropósito, do que procurar tirar artificialmente proveito dum registo em que, por direitas contas, Bugalho tinha razão.

2 – Tudo isto para dizer que, no essencial, se mantém o que tem sido a unanimidade do pensamento sobre a Europa, no que toca aos dois maiores partidos, que, à vez, têm assegurado o pastoreio da Pátria ao logo dos anos que levamos desde a adesão à então CEE, no tempo do Bloco Central, como foi apropriado.

Creio que é essa uma das razões por que o debate entre direita e esquerda na campanha em curso se tem centrado mais nas divergências entre as formações partidárias plurinacionais do que propriamente entre as suas secções domésticas.

Dá-se até o curioso fenómeno de a campanha ter permitido aos diversos partidos centrar o seu discurso na campanha, não no que os identifica com os congéneres europeus onde se integram, mas nos que os distingue e afasta desses seus parceiros da véspera.

Alguns cogitam mesmo – ou dizem cogitar – em mudar de família política europeia, em homenagem às respectivas opções a nível caseiro.

E também nesta cosmética, ou nesta conversão – consoante a perspectiva do observador -, a posição perante a Guerra na Ucrânia ou perante a imigração tem sido o argumento, ou o pretexto, para o distanciamento da família por parte de vários partidos nacionais – designadamente o Chega.

Mais uma razão, tendo em conta a quase unanimidade nacional perante a ameaça russa, para considerar a falta de sensibilidade política de Marta Temido na apreciação da visita do Presidente da Ucrânia como um erro grave da sua campanha.

Não foi um “fait divers”!

3 – Perante o consenso ente Governo e Oposição, no que tange às políticas da União Europeia, o debate e as clivagens entre ambos têm tido como objecto as políticas nacionais, procurando o Governo actualmente de turno aprovar apressadamente o seu cardápio de medidas, enquanto o Parlamento permite a actual solução governativa; e defrontando na sede do poder legislativo as medidas aprovadas pelas coligações negativas que as Oposições vêm desenhando, em alternativa às do Governo.

De acordo com o Programa do Governo, entre as medidas mais urgentes, estão as da reforma

do SNS – que, justa ou injustamente, foi percebido pelos eleitores como uma área em que o anterior Governo falhara, quer na cobertura por médico de família, quer nos atrasos nas consultas e cirurgias, quer na relação com os profissionais do Sector.

Justa ou injustamente, ficou a percepção de que parte do falhanço do Governo de António Costa na Saúde se deveu à rejeição pelo Ministério da Saúde, por preconceito ideológico, da colaboração dos sectores social e privado para um mais completo funcionamento do Sistema Nacional de Saúde, para assegurar a universalidade do direito à saúde – designadamente no reinado de Marta Temido, não tendo tido tempo Manuel Pizarro de desfazer essa percepção, como era seu objectivo.

Foi aqui que o Governo assestou as medidas tomadas – aproveitando a situação desguarnecida deixada pelo anterior Executivo.

Fez bem o Governo no apelo à colaboração de todos os agentes, para esse verdadeiro desígnio nacional desenhado por António Arnaut e pela Constituição como um direito universal – de ricos e pobres, trabalhadores e desempregados, activos ou aposentados, homens ou mulheres.

Todos! Todos!

O desenho da reforma é consoante os ditames da Constituição – e, já agora, da Lei de Bases da Saúde: baseado na Rede do Serviço Nacional de Saúde, de natureza pública, complementada pela Rede Social e pela Rede Privada.

4 – Por falar na universalidade de direitos, para além da Saúde e da Educação, coloca-se igualmente a ambição de integrar nesse naipe o direito à protecção social – este também universal, mas com prioridade e discriminação positiva dos mais desfavorecidos.

É esta prioridade que explica a solução constitucional de a espinha dorsal do sistema de protecção social ser constituída pela Rede Solidária – e não por uma rede pública ou pelo mercado.

É essa atenção prioritária aos mais desfavorecidos que explica que as participações dos utentes sejam adequadas e proporcionais aos seus rendimentos.

Ora, essa regulação minuciosa dos preços dos serviços, num raro benefício aos que menos têm, afasta necessariamente a cultura do mercado.

Não há liberalismo que agente o mercado da escassez e da pobreza.

ASSOCIAÇÃO INTEGRAR

Projeto Príncipezinho regressa com o novo ano letivo

O Projeto Príncipezinho, dinamizado pelo CAFAP da Associação Integrar, IPSS de Coimbra, e que intervém na prevenção dos maus tratos e da negligência infantil junto das crianças do 1º Ciclo, chegou ao fim neste ano letivo.

O balanço final é positivo e marcado por muitos sorrisos e experiências significativas, bem como por momentos de aprendizagem que estas crianças levarão consigo ao longo da vida. O projeto é desenvolvido em quatro sessões em que os alunos, com idades compreendidas entre os 5 e 8 anos, são convidados a interagir com a Coelho Luz de modo a exprimir as suas emoções, dificuldades e, eventualmente, sinais de alerta para situações que careçam de intervenção e a moldar comportamentos em contexto de sala de aula.

Ao longo deste período, o projeto esteve presente em vários Agrupamentos de Escolas, incluindo o Agrupamento de Escolas Rainha

Santa Isabel - Coimbra, Agrupamento Eugénio de Castro, Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste, Agrupamento de Escolas Coimbra Centro, Coimbra Sul, e ainda no Colégio Bissaya Barreto, num total de oito escolas básicas. Foram abrangidos cerca de 780 alunos do 1º Ciclo.

Agora o Príncipezinho vai de férias e regressa em setembro com o novo ano letivo e com muitas novidades!

A Associação Integrar é uma IPSS, sediada em Coimbra, que tem como principal objetivo o desenvolvimento de ações de solidariedade social, na lógica da igualdade de oportunidades, da emancipação e integração das populações desfavorecidas e da justiça social e igualdade entre os indivíduos. Promove e dinamiza atividades de proteção à Infância e Juventude, Família, Comunidade, População Ativa, Idosos, Deficientes e Populações Desfavorecidas,



cooperando com organismos oficiais e particulares.

No próximo dia 18 de junho, a Associação Integrar celebra 30 anos de atividade em prol dos outros.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

CATL Farol celebrou 19 anos a promover a mudança e a reflexão

No passado mês de maio, o Centro de Alojamento Temporário (CAT) Farol, da Cáritas de Coimbra, comemorou o seu 19º aniversário com uma série de atividades que pretendem destacar o seu compromisso com indivíduos em situação de sem-abrigo e em emergência social.

O CAT Farol, no seu trabalho, é responsável por desenvolver projetos personalizados de inserção social e profissional. O CAT Farol é conhecido pelos seus princípios orientadores

pragmáticos e multidisciplinares, que consideram o ser humano na sua totalidade. Ao longo dos anos, tem oferecido respostas integradas e personalizadas, adaptando-se às necessidades individuais e incentivando a motivação para a mudança.

As atividades comemorativas visaram sensibilizar a sociedade para os desafios enfrentados por aqueles que vivem na pobreza e na exclusão social. Pretendeu-se substituir a indiferença e o receio por uma perspetiva

de atenção e cuidado em relação às vidas e histórias daqueles que o CAT Farol apoia diariamente.

A comemoração do 19º aniversário do CAT Farol destacou não apenas uma celebração, mas também um convite à reflexão e à ação coletiva para enfrentar os desafios da pobreza e da exclusão social. O evento buscou promover um futuro mais promissor, convergindo saberes e experiências em prol de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

A ASSOCIAÇÃO SÃO GONÇALO DE TORRES VEDRAS INAUGUROU AS NOVAS INSTALAÇÕES DO LAR NOSSA SENHORA DO CARMO, NA PRESENÇA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL, JORGE CAMPINO, DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, JOÃO ANASTÁCIO DE CARVALHO, E AINDA DO PRESIDENTE DA UDIPSS LISBOA, EM REPRESENTAÇÃO DA CNIS, JOSÉ CARLOS BATALHA.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS BANCOS ALIMENTARES CONTRA A FOME

Campanha de maio recolheu mais de 1.700 toneladas de alimentos em todo o país

A campanha do Banco Alimentar contra a Fome recolheu no último fim de semana de maio 1.755 toneladas de alimentos em mais de duas mil superfícies comerciais do país, revelou a instituição.

Os resultados da recolha representam “um acréscimo em relação ao valor da campanha homóloga do ano passado, num fim de semana marcado pela coincidência com diversas atividades, como a final da Taça de Futebol, concertos, queima das fitas, confirmando, assim, quer a solidariedade dos portugueses, quer a confiança renovada nos bancos alimentares contra a fome”, avançou a instituição em comunicado.

“Em tempos de grande ansiedade e alguma incerteza como os que vivemos, enche-nos o coração verificar que se mantêm firmes e inalterados nos portugueses valores tão essenciais como os da solidariedade, da participação cívica ativa”, afirmou Isabel Jonet, presidente da Federação Portuguesa dos Bancos

Alimentares Contra a Fome (FPBACF), através do comunicado.

Os alimentos recolhidos serão distribuídos em mais de 2.400 IPSS, que os entregarão a cerca de 360 mil pessoas com carências alimentares comprovadas.

Para além desta campanha presencial, que contou com a participação de cerca de 40 mil voluntários, foi ainda possível contribuir, até ao passado dia 2 de junho, através de vales disponíveis nos supermercados.

No ano passado, os 21 bancos alimentares contra a fome operacionais distribuíram 25,75 mil toneladas de alimentos, num valor global estimado superior a 39,4 milhões de euros.

30 ANOS NO PORTO

Por outro lado, o Banco Alimentar Contra a Fome do Porto celebrou, no passado dia 16 de maio, três décadas de vida.

Foi no ano de 1994, nas antigas instalações

da Efanor, que foi criado o Banco Alimentar Contra a Fome do Porto, instituição que ajuda, a partir das suas atuais instalações, em Perafita, um total de 300 instituições, que, por sua vez, apoia mais de 58 mil pessoas.

Para assinalar a data, a instituição abriu as portas do armazém para receber todos aqueles que fazem parte da sua história, como colaboradores, voluntários, parceiros, mecenas, sócios e sócios-fundadores, entre outros convidados.

Para Bárbara Barros, presidente do Banco Alimentar Contra a Fome do Porto, celebrar 30 anos “é um momento particularmente feliz”.

“Não podemos, nesta data tão importante, esquecer o inesgotável contributo de todos aqueles que, diariamente, fazem crescer o BA Porto. Falo dos nossos voluntários, mecenas, parceiros e, naturalmente, de toda a comunidade do distrito do Porto e portugueses que, a cada nova Campanha de Recolha de Alimentos, nos surpreendem com a sua tão valiosa ajuda”, acrescentou.

ALZHEIMER PORTUGAL

Campanha nacional sobre «Cuidados Sem Contenções» e «Solidão Não Desejada»

Alzheimer Portugal lançou uma campanha nacional sobre «Cuidados Sem Contenções» e «Solidão Não Desejada» pela necessidade de uma mudança urgente no paradigma de cuidados para as Pessoas com Demência em Portugal, defendendo que os cuidados centrados na pessoa e a metodologia de cuidados sem contenções são as que promovem a verdadeira inclusão e o respeito pelos direitos das pessoas com demência.

A campanha nacional que aborda os temas «Sem Contenções» e «Solidão Não Desejada» visa sensibilizar e informar sobre o que são as contenções, quais as consequências da sua

utilização diária para a pessoa com demência e alertar para o facto desta prática generalizada colocar em causa a dignidade, os direitos e as necessidades destas pessoas.

Em paralelo, a campanha pretende ainda sensibilizar e capacitar a população em geral e os profissionais da área social e da saúde para o fenómeno da «Solidão Não Desejada».

Esta iniciativa conta com a colaboração de vários parceiros, nomeadamente os Centros Distritais da Segurança Social, os Municípios da Guarda, Setúbal e Castelo Branco, o Hospital de Braga (ULS de Braga), as Ordens Profissionais dos Psicólogos, Assistentes

Sociais, Fisioterapeutas e Enfermeiros, as Associações Profissionais Nacionais dos Terapeutas Ocupacionais e dos Gerontólogos e a Universidade de Aveiro, e consiste na realização de ações de sensibilização e informação e percorrerá durante os próximos meses todos os distritos de Portugal, terminando em outubro, em Lisboa.

As inscrições são gratuitas, mas obrigatórias, podendo os interessados conhecer as datas e respetivos locais de realização em cada distrito através da ficha de inscrição online. Todas as informações através da Alzheimer Portugal – Núcleo do Ribatejo.

PRÉMIO BPI INFÂNCIA

Candidaturas abertas até ao dia 24 de junho

Já estão abertas as candidaturas para a 6ª edição do Prémio Infância, que tem uma dotação de 1,4 milhões de euros.

A iniciativa promovida pelo BPI e a Fundação «la Caixa» tem como finalidade apoiar projetos de inclusão social que visem quebrar o ciclo de pobreza, facilitar o desenvolvimento e a formação da infância e da adolescência, e reconhecer a família e a comunidade educativa como centro de ação socioeducativa.

Ao Prémio BPI Infância podem candidatar-se todas as instituições privadas sem fins lucrativos que apresentem respostas sociais devidamente estruturadas nas seguintes áreas prioritárias: desenvolvimento social e educativo da infância e adolescência,

favorecendo a igualdade de oportunidades; apoio à primeira infância, incluindo o desenvolvimento de competências parentais; apoio socio-sanitário e psicossocial a crianças em situação de doença.

Estas áreas prioritárias procuram dar resposta a alguns dos problemas mais prementes que afetam a infância e a adolescência em Portugal.

Dados do relatório «Portugal, Balanço Social 2023» mostram que, em 2022, existiam, no nosso país, mais de 302 mil menores em situação de pobreza.

O relatório, da autoria de Susana Peralta, Bruno P. Carvalho e Miguel Fonseca, destaca que, em 2022, cerca de 75% das crianças com idades até

aos 3 anos não frequentaram, pelo menos, 30 horas semanais de pré-escolar. No acesso à saúde, 1,2% das crianças não realizaram consultas ou tratamentos médicos (não dentários) por restrição de recursos (sem disponibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho, distância ao local da consulta). Este valor sobe para 5,3% nas consultas ou tratamentos de medicina dentária.

No ano passado, o Prémio Infância distribuiu 1,4 milhões de euros para a implementação de 39 projetos, que estão a contribuir para melhorar a vida de cerca de nove mil beneficiários.

As IPSS podem apresentar as suas candidaturas até 24 de junho de 2024.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

Valor de referência atualizado em 50 euros

O Conselho de Ministros aprovou uma atualização de 50 euros do valor de referência do Complemento Solidário para Idosos, passando a ter um valor mensal de referência de 600 euros, em vez dos atuais 550 euros.

A atualização extraordinária tem efeitos a 01 de junho e coloca o valor de referência anual do CSI em 7.208 euros, um aumento de 600 euros face ao que estava em vigor desde janeiro e que representa uma atualização de 9,1% face ao que estava fixado para o ano de 2024.

“No âmbito do Programa do XXIV Governo Constitucional e para combater a pobreza, impõe-se aumentar gradualmente o valor de referência do CSI para um valor de 820 euros em 2028, tendo como objetivo a equiparação ao valor da retribuição mínima mensal garantida, na legislatura seguinte, e melhorar o acesso às prestações sociais para que, quem delas efetivamente necessita, possa delas beneficiar”, lê-se no preâmbulo da portaria hoje publicada.

No mesmo Conselho de Ministros o executivo liderado por Luís Montenegro aprovou a eliminação dos rendimentos dos filhos dos beneficiários como fator de exclusão para a prestação social.



MEDICAMENTOS GRATUITOS

O diploma que estabelece que os idosos que recebem complemento solidário passam a partir de 01 de junho a ter direito a medicamentos participados sujeitos a receita médica gratuitos foi publicado em Diário da República.

De acordo com o decreto-lei, com esta medida, o Governo pretende “acautelar que a carência de recursos económicos não comprometa a respetiva terapêutica”.

“O envelhecimento aumenta a predisposição para desenvolvimento de várias patologias e, consequentemente, da necessidade de recurso a medicamentos”, refere o diploma, que entrou em vigor no dia 01 de junho. Esta comparticipação adicional estava até agora fixada em 50%.

A medida abrange cerca de 145 mil beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI).

Esta alteração - uma medida conjunta do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Ministério da Saúde - custará 10,4 milhões de euros.

A monitorização desta medida é feita pelo Infarmed, que irá avaliar a eficácia e identificar “eventuais situações de fraude ou de desperdício”.

O diploma prevê igualmente que a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde envie a cada três meses ao Governo um relatório relativo à execução deste decreto-lei.

O CSI é um apoio mensal pago em dinheiro aos idosos em situação de pobreza. São elegíveis os cidadãos com mais de 66 anos e com rendimentos anuais inferiores ou iguais a 6.608 euros. No caso de um casal, esse rendimento terá de ser inferior ou igual a 11.564 euros.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC	PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA
ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO	QIJ QUALIDADE INFÂNCIA E JUVENTUDE
US UNIDADES DE SAÚDE	QTI QUALIDADE 3ªIDADE
PI PLATAFORMA INTEGRADA (WEB)	
ORC MÓDULO ORÇAMENTOS	UTC UTENTES CT
CNT CONTABILIDADE ESNL	GI GESTÃO DE IMÓVEIS
ORD ORDENADOS	REN RENDAS

Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900 clientes

+ de 40 aplicações

28 ANOS DE PROFISSIONALISMO

- Serviço completo e personalizado
- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM www.tsr.pt

TELEFONE (+351) 253 408 326
Chamada para Rede Fixa Nacional
 TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
Chamada para Rede Móvel Nacional
 EMAIL tsr@tsr.pt




TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ORGÃOS DA SCML

Ministra pede a Paulo Duarte de Sousa que aumente a ação social

O Governo deu posse à nova equipa de direção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), a quem atribui “mérito profissional e perfil humano” para garantir a sustentabilidade financeira, tentando aumentar os projetos de ação social.

“Gerir uma instituição como a Santa Casa não é como gerir uma empresa qualquer”, salientou a ministra do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social na cerimónia de posse da vice-provedora e dos quatro vogais da mesa, respetivamente Rita Prates, David Lopes, Ângela Guerra, André Brandão de Almeida e Luís Carvalho e Rego.

Na cerimónia de posse, realizada na Sala de Extrações da SCML, Maria do Rosário Palma Ramalho disse acreditar que com a nova equipa “estão reunidas as condições necessárias do ponto de vista da gestão para que a instituição secular possa agora enfrentar e superar os exigentes desafios de gestão que tem pela frente”.

Para a ministra, começou “um novo ciclo na gestão e também na longevidade da vida da

SCML”, com a liderança de um novo provedor, um gestor “com provas dadas também na área social”, que será apoiado por uma equipa a quem reconhece “mérito profissional mas também perfil humano”.

Maria do Rosário Palma Ramalho disse que a SCML estará “em boas mãos e em melhores condições para enfrentar os desafios que agora tem pela frente”, sendo o seu maior desafio a “sustentabilidade financeira”, problema que “ditou a substituição da anterior mesa pela mesa atual”.

A ministra pediu à nova equipa que “aumente a função essencial (da SCML), que é a ação social”, uma missão que reconhece só ser possível com o “reconhecimento e valorização diários do trabalho dos muitos dirigentes e colaboradores”.

Também o novo provedor da SCML, Paulo Duarte de Sousa, recordou o “momento difícil” que vive a SCML, afirmando que os trabalhadores juntos “irão conseguir enfrentar os desafios”.

“Semear práticas e metodologias inovadoras” e “orientar o trabalho para o futuro” foram algumas das promessas do novo provedor, que disse querer “fortalecer a instituição”.

Paulo Duarte de Sousa tomou posse há cerca de duas semanas, sucedendo no cargo a Ana Jorge.

A mudança na gestão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa acontece num momento de grande turbulência e instabilidade na instituição, com a provedora Ana Jorge exonerada antes de completar um ano à frente do organismo, acusada pelo atual governo de “atuações gravemente negligentes” que afetaram a gestão da Santa Casa.

Escolhida pelo anterior governo, Ana Jorge herdou uma instituição com graves dificuldades financeiras, depois dos anos de pandemia e de um processo de internacionalização dos jogos sociais, levado a cabo pela administração do provedor Edmundo Martinho, que poderá ter causado prejuízos na ordem dos 50 milhões de euros.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Octávio Félix de Oliveira nomeado para presidente do ISS

Octávio Félix de Oliveira foi nomeado como presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Palma Ramalho.

Em comunicado, o Governo indica que Octávio Félix de Oliveira foi presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e representou Portugal na OCDE e União Europeia, para além de secretário de Estado do Emprego entre 2013 e 2015, nos XIX e XX governos constitucionais.

O novo presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social ingressou como técnico superior no IEFP em 1987, tendo desempenhado várias funções de direção, quer no seu núcleo central quer nos centros regionais. Foi ainda diretor do Centro de Formação Profissional para a Indústria da Cerâmica, nas Caldas da Rainha (2005-2011), e diretor do Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica, Energia, Telecomunicações e Tecnologias da Informação (2016-2024).

Desempenhou ainda funções como assistente estagiário no Instituto Universitário da Beira Interior, de 1985 a 1987, e na Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico de Santarém,



em 1994, 1997 e 1998.

“Octávio Félix de Oliveira tem um longo percurso profissional na direção de organismos públicos, considerando-se o perfil adequado para as funções para as quais foi nomeado pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança

Social”, pode ainda ler-se no comunicado.

O novo presidente do ISS substitui no cargo Ana Vasques, que apresentou a demissão à ministra do Trabalho por entender que o atual governo demonstrou “falta de confiança”, na sequência da questão da retenção do IRS nas pensões.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A sinuosa descida das taxas de juro

Tudo aponta para que na reunião de junho do Conselho de Governadores do Banco Central Europeu (BCE) as taxas de juro de referência da política monetária sejam reduzidas em 25 pontos base. A taxa a que o BCE remunera os depósitos dos bancos comerciais deverá passar dos atuais 4% para 3,75%.

Com a sua proverbial e manifesta incompetência, entre outras matérias no domínio da comunicação, o BCE deixou que se criasse um clima em que já não tem outra solução que não seja reduzir as taxas. Qualquer outra atitude, no ambiente que está formado, seria politicamente intolerável.

Este vosso criado tem defendido que a redução das taxas de juro até vem tarde, ou seja, se peca por alguma coisa é por ser tardia.

Contudo, não deixa de ser irónico que alguns dos dados macroeconómicos mais recentes até poderiam servir de argumentos para adiar, mais uma vez, a decisão de iniciar a trajetória descendente das taxas de juro.

Em maio, a inflação na zona euro subiu pela primeira vez depois de um longo ciclo de quedas. Depois de, em abril, a taxa de inflação ter registado o valor mais baixo dos últimos três anos (2,4%), em maio subiu para 2,6%.

Um outro dado, quiçá mais preocupante do ponto de vista dos decisores da política monetária, é a manutenção de taxas de variação dos salários nominais robustas, em particular na Alemanha que é a maior economia da zona euro e, como tal, o maior contribuinte para a inflação e para o produto da união económica e monetária.

Os acordos coletivos para fixação de salários na Alemanha incorporam uma subida de 6,2% no primeiro trimestre do 2024, o que corresponde a uma aceleração considerável em relação ao trimestre anterior onde a leitura homóloga foi de 3,6%. Para o conjunto da zona euro os números equivalentes são de 4,7% e 4,5%, ou seja, também aqui uma aceleração na subida dos salários nominais.

É provável que uma inflação de salários robusta implique uma inflação correspondente nos preços, em particular no setor de serviços onde a sensibilidade ao custo do fator trabalho é mais alta dado que os salários são geralmente a maior componente de custo dos serviços.

Como os serviços são a parcela mais pesada dos índices de preços nas economias de

capitalismo avançado, inflação alta nos serviços implica, tudo o mais igual, inflação geral elevada.

Em suma, não faltarão aos detratores da política monetária do BCE argumentos para criticar a putativa decisão de baixar as taxas de juro.

Não obstante, a decisão é correta. Como tenho defendido neste espaço de crónica não podemos deixar que um par de indicadores, que eventualmente contradigam as grandes tendências, nos obscureçam a visão da grande pintura. A grande pintura é uma inflação em ciclo descendente desde o pico de 2022 e uma dinâmica salarial que, infelizmente, vai abater com tempo.

O caminho para a normalização inflacionista, ou seja, o caminho para uma expectativa estável em torno dos 2% no médio prazo, não é, não poderia ser, uma rampa lisa e uniformemente inclinada. Pelo contrário é, será como sempre foi, um caminho irregular, com lombas e depressões. Mas está a ser percorrido e o BCE deve guiar-se pelo caminho geral e não por incidentes estatísticos de percurso.

Claro que uma decisão como esta não é isenta de riscos, sobretudo quando o BCE vai iniciar o processo de descida dos juros antes da Reserva Federal Americana.

Ao aumentar a décalage entre as taxas de juro europeias e americanas é provável que o euro desvalorize em relação ao dólar nomeadamente se o ciclo de descida dos juros nos Estados Unidos se atrasar um par de trimestres.

Um euro mais fraco vai encarecer as importações e, com isso, podemos ter um novo empurrão nas taxas de inflação que pode vir a dar argumentos aos falcões que defendem que ainda é cedo para reduzir os juros na Europa.

Por outro lado, como o atraso no ciclo de descidas das taxas americanas tem empurrado para cima os juros dos títulos de médio/longo prazo nos Estados Unidos, é provável que essa circunstância também puxe pelos juros da dívida europeia um pouco independentemente do andamento das taxas de curto prazo na Europa. Ou seja, enquanto a Reserva Federal não se juntar ao grupo dos que vão reduzindo os juros, nem sequer podemos ter garantias da plena eficácia da política monetária na Europa.

Deveríamos, por isso, esperar pelos americanos? Não creio.

Estamos nós e o tio Sam em posições muito

distintas. Na América a procura privada, em particular o consumo privado, está bem e recomenda-se. Na Europa não é assim. Fomos muito mais afetados pela crise energética que resultou da invasão russa da Ucrânia e, por outro lado, as respostas de política monetária e orçamental à pandemia e à crise financeira foram muito menos robustas na Europa do que na América. Enquanto o consumo privado nos Estados Unidos já está no valor da tendência pré-pandémica, na Europa estamos ainda um bocado por baixo e, por outro lado, enquanto o PIB americano corre próximo do potencial, as economias europeias ainda estão a funcionar por baixo do seu potencial. É perfeitamente normal que sigamos ciclos de política monetária divergentes.

Seja como for convém que não alimentemos demasiadas ilusões a respeito do ciclo de descida dos juros na Europa.

Não é nada provável que na reunião de julho deste ano o Conselho de Governadores do BCE declare uma segunda descida dos juros.

Se a descida de junho já é inevitável, é bem possível que os números que já saíram sobre preços e salários relativos a maio, e os números que vão ser públicos até à reunião de julho do Conselho de Governadores, moderem os entusiasmos das “pombas” do BCE. O cenário que agora aparece como mais provável é o de mais um (no máximo dois) cortes suplementares até ao final do ano.

Claro que tudo vai depender da posição da Reserva Federal. Se os americanos se sentirem confiantes para começar também eles a reduzir as taxas de juro o processo europeu fica mais fácil e pode acelerar, se os americanos se mantiverem quietos as coisas ficam mais difíceis para as “pombas” do BCE.

Lembrar que nos Estados Unidos o fator político pesa nesta matéria. As eleições são em novembro e a Reserva Federal vai ser muito parcimoniosa em mexer nos juros antes das eleições. Uma descida das taxas de juro antes das eleições ajudaria muito Joe Biden na sua campanha pela reeleição. Em geral Reserva Federal prefere manter-se afastada das lutas políticas e uma das coisas que mais teme é ser acusada de envolvimento na luta político-partidária. Até por aí não vai ser fácil que a América nos ajude muito nesta coisa dos juros. A ver vamos!



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Economia familiar

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

RELATÓRIO CPCJ 2023

Mais de 14 mil crianças e jovens em situação de perigo

Mais de 14.200 crianças e jovens estavam numa situação de perigo e precisaram de uma medida de promoção e proteção em 2023, mais de 5.500 por situações de negligência, enquanto outras 4.300 por casos de violência doméstica.

Segundo os dados preliminares do mais recente relatório anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ), relativo a 2023, houve necessidade de propor a aplicação de uma medida de promoção e proteção para 14.284 crianças.

De acordo com o que está definido na lei de proteção de crianças e jovens e perigo, quando uma criança ou jovem está em perigo, as CPCJ ou um tribunal devem adotar medidas de promoção e proteção, que podem ser em meio natural de vida (junto dos pais, junto de outro familiar, à confiança de pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida ou à confiança a pessoa selecionada para adoção) ou de colocação, seja em forma de acolhimento familiar, acolhimento residencial (instituição) ou entregue a família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção.

À exceção de todas as outras, as medidas de confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção são da exclusiva competência de um tribunal.

O relatório, que é da responsabilidade da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), refere que as crianças em perigo e com necessidade de uma medida de promoção são “maioritariamente rapazes” (53,74%), “predominantemente com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos de idade (26,20%)”.

Foi possível detetar 5.514 casos de negligência, outros 4.338 por violência doméstica, 3.059 situações de comportamentos de perigo na infância e juventude ou 2.437 diagnósticos em estava em causa o direito à educação.

Registo também de 471 situações de maus tratos físicos, 343 de maus tratos psicológicos, 136 por abandono, 180 de abuso sexual e ainda oito casos de exploração infantil.

Concretamente em relação às medidas de promoção e proteção, e em comparação com 2022, houve um aumento das medidas aplicadas em meio natural de vida, que representam 87% do total das medidas cautelares.

“Em relação às medidas não cautelares, ou seja, aplicadas após a conclusão da avaliação diagnóstica, foram aplicadas 31.147 medidas de promoção e proteção (mais 1.740 do que as registadas no ano anterior), em 30.336 processos relativos a 28.799 crianças/jovens”, lê-se no relatório.

Segundo a CNPDPCJ, houve um aumento na aplicação de três tipos de medidas -- apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar e acolhimento familiar,

enquanto houve uma diminuição nas medidas confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida e acolhimento residencial.

“A medida acolhimento familiar foi a que registou um aumento mais significativo, de 96,3%, apesar de, no conjunto, ser uma medida ainda residualmente aplicada (0,4%)”, lê-se no relatório.

Acrescenta que há “uma clara prevalência da medida ‘apoio junto dos pais’ (83,39%)”.

Salienta que “existe uma clara prevalência das medidas executadas em meio natural de vida” que têm um peso de 92,68%, por comparação com as medidas em regime de colocação, que representam 7,32%.

Em relação às crianças acompanhadas, o relatório anual dá conta de que 2.665 tinham nacionalidade estrangeira, em particular do Brasil, e que 947 tinham algum tipo de deficiência ou incapacidade, maioritariamente a nível mental ou intelectual (28,72%).



Lavandarias Profissionais IPSS

Miele

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele

OPSOLUTIONS
SOLUÇÕES MÓVEIS

tel: 961 040 038
comercial@opsolutions.pt

VIATURA SAD

MOBILIDADE REDUZIDA

O VOSSO PARCEIRO NA MOBILIDADE VERDE SOCIAL